

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUF RJ

www.sintufRJ.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Foto: Renan Silva



LIBERDADE para Rafael Braga: ato no Centro do Rio, na quinta-feira, dia 4, começou em frente ao Tribunal de Justiça. **PÁGINA 4**

Ocupar Brasília e outra greve geral

As entidades e as organizações dos movimentos sindical e sociais estão se reunindo para discutir os próximos passos depois da vitoriosa greve geral do dia 28 de abril, quando 40 milhões de pessoas participaram das manifestações e atos nas ruas contra as reformas da Previdência e trabalhista. As alternativas propostas são uma marcha de 100 mil até a capital federal ou uma nova greve geral. Também é possível que ambas as ações ocorram. *MAIS INFORMAÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL NO DIA 11 DE MAIO.*

Assembleia geral da categoria

Quinta-feira, dia 11 de maio, às 13h, no auditório do CT.

Pauta: informes gerais, avaliação de conjuntura e votação das reformas, encaminhamento unificado das lutas das centrais sindicais.

Eleição dos delegados sindicais de base prossegue esta semana. Confira o calendário no site e no Facebook do SintufRJ.

REFORMAS

Centrais se articulam para aumentar pressão aos parlamentares

O governo golpista de Michel Temer terá de trabalhar duro para aprovar sua proposta de “reforma” da Previdência no plenário da Câmara. Ele precisará conseguir, entre os parlamentares da base (411 deputados), 308 votos. Hoje não tem nem a metade dos votos dos aliados. Seu poder de barganha vem caindo, a exemplo da votação da reforma trabalhista, quando obteve 297 votos, abaixo da expectativa. Aliado a esse enfraquecimento, Temer vem batendo recorde de impopularidade.

A pressão dos trabalhadores

aumenta a cada dia, fazendo crescer a massa de brasileiros que se opõem à PEC 287. A histórica greve geral de 28 de abril em todo o Brasil mostrou a insatisfação popular, e nova greve geral e marcha a Brasília estão sendo organizadas. Somada a isso, a última pesquisa de opinião feita pelo Instituto Datafolha acusou uma rejeição de 78% por parte da população em relação à proposta, ao mesmo tempo que o governo definha, com 92% das pessoas avaliando que o país está no rumo errado.

Diálogo com o Congresso

A CUT e as demais organizações estão dispostas a negociar com o Congresso Nacional, especialmente com o Senado, e resta saber quem os parlamentares ouvirão, as ruas ou Temer.

Na terça-feira, dia 2, dirigentes das centrais sindicais foram ao Congresso Nacional se encontrar com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE) para debater a reforma trabalhista.

A reforma trabalhista foi aprovada na Câmara por 296 vo-

tos a 177, e chegou ao Senado na terça-feira, dia 2, quando recebeu o número de Projeto de Lei da Câmara (PLC 38/2017).

“Parece que o Senado já entendeu que foi feito um atentado contra a classe trabalhadora. Vamos tratar disso e da necessidade de adiamento da reforma da Previdência, especialmente neste momento em que Ibope e Datafolha atestam o que a CUT e o Vox Populi já diziam: mais de 70% das pessoas são contra as reformas de Temer, o presidente mais impopular da história,

que não tem legitimidade e credibilidade”, disse o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Corpo a corpo nos estados

No caso da reforma da Previdência, Vagner Freitas disse que as centrais nos estados estão fazendo visitas aos deputados para que estes rejeitem a proposta na votação em plenário.

O governo precisa de 308 votos para aprovar a proposta de Temer para a Previdência. “Esse contato corpo a corpo é importante, porque o deputado tem que explicar no estado dele”, disse o presidente da CUT.

Texto-base é aprovado na Câmara

A Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara (PEC 287/16) aprovou, no dia 3 maio, por 23 votos a 14, o texto-base do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA).

O texto aprovado – que pode ser alterado através de emendas no plenário – fixa idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para a mulher e 65 anos para o homem, mas essas idades serão alcançadas até 2038. Também será elevado gradualmente o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos.

Para o servidor federal, a idade mínima começa aos 55 anos, chegando aos 62 anos em 2036, para mulheres; e aos 60 anos, chegando a 65 anos em 2028, para homens. O tempo de contribuição mínimo será de 25 anos.

Quem já está no mercado de trabalho terá que cumprir um pedágio de 30% sobre o período que faltar para completar os tempos de contribuição atuais: de 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher.

Cálculo

Será baseado em 70% da média de todos os salários desde 1994 mais 1,5 ponto percentual para cada ano que superar os 25 anos de tempo de contribuição. Os percentuais sobem para cada ano que superar 30 e 35 anos de contribuição, até se atingir 100%. Na prática, o trabalhador vai precisar trabalhar 40 anos para obter o valor integral.

Professores

Com direito a regime especial, seguirão regras distintas. Para profissionais da rede pública federal (até ensino médio; universitários seguem a regra geral), a idade mínima começará aos 50 anos (mulher) e aos 55 anos (homem). Para aqueles do setor privado, a idade mínima começará aos 48 anos (mulher) e aos 50 anos (homem).

Rurais

Trabalhadores do campo sem carteira assinada, agricultura familiar e pescadores terão de ter idade mínima de 57 anos (mulher) e 60 anos (homem) e será criada, em até dois anos, uma contribuição previdenciária. Hoje basta ter 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) e comprovar 15 anos de atividade rural.

Tramitação

O texto aprovado na comissão especial seguirá agora para votação no plenário da Câmara dos Deputados. Para ser aprovado, precisa de 308 votos dos 523 do total de deputados. O governo aposta em conseguir esse número até a última semana de maio, o que pode levar a proposta da PEC 287 à votação na primeira semana de junho.

O texto passará por votação em dois turnos na Câmara. E ainda pode sofrer modificações. Depois disso será encaminhado ao plenário do Senado, onde também vai passar por duas votações.

CUT denuncia PMs do Rio ao Conselho de Direitos Humanos

A CUT apresentou na quarta-feira, dia 3, no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) uma denúncia contra a Polícia Militar do Rio de Janeiro. A Central questiona a ação policial durante a manifestação que encerraria a Greve Geral do último dia 28 de abril na capital carioca.

“Durante estas manifestações na cidade do Rio de Janeiro, a Polícia Militar, utilizando técnicas de tocaia e perseguição, perpetrou uma brutal repressão ao movimento destes trabalhadores, desmobilizando e prejudicando sua organização”, afirma a Central em documento protocolado na CNDH.

A CUT pede que a ação seja investigada e que a PM-RJ sofra as sanções pela violência contra os manifestantes e lembrou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também criticou a corporação.

“Nada justifica a investida, com bombas e cassetetes, contra uma multidão que protestava de modo pacífico. Se houve excessos por parte de alguns ativistas, a Polícia deveria tratar de contê-los na forma da lei. Mas o ataque com métodos de tocaia e a posterior perseguição por vários bairros a pessoas que tão só exerciam seu direito à manifestação representam grave atentado à Constituição e ao estado democrático de direito”, afirma a OAB.

Foto: Internet

Protesto em 1º de Maio contra a ação da PM

Cerca de 20 mil pessoas participaram no dia 1º de maio, na Cinelândia, da manifestação que marcou o repúdio dos movimentos sindical e sociais à adoção, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, de práticas cada vez mais violentas contra os participantes de atos nas vias públicas da cidade. Os manifestantes têm sido perseguidos pelos soldados armados com bombas e cassetetes pelas ruas e praças como se fossem marginais de alta periculosidade. Isso ocorreu com muita intensidade no dia 28 de abril.



UFRJ terá Fórum de Políticas de Pessoal

A iniciativa da PR-4 contará com a participação das entidades sindicais

Fotos: Renan Silva

A Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) lançou, no dia 4, no auditório do Centro de Tecnologia 2 (CT2), o Fórum Permanente de Políticas de Pessoal. A cerimônia foi marcada pelo resgate da memória da luta pela Carreira dos técnicos-administrativos em educação e contou com a presença significativa de servidores, dirigentes institucionais e sindicais e militantes históricos do movimento reivindicatório da categoria na universidade.

De acordo com a Reitoria, a iniciativa visa atender à demanda histórica de organização e democratização do debate em torno das questões sobre pessoal. O fórum terá caráter institucional e será regulamentado por portaria.

Manifestações

A cerimônia foi aberta e conduzida pelo pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, que compôs a mesa com o reitor Roberto Leher, os dirigentes sindicais Francisco de Assis (SintufRJ) e Fernando Santoro (Adufrj), a representante da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (AttufRJ) Terezinha Costa e os ex-pró-reitores de Pessoal Roberto Gambine, Regina Dantas e André Pereira.

Para o coordenador-geral do SintufRJ Francisco de Assis, é preciso mobilização para enfrentar esta conjuntura de retrocessos, e o lançamento do fórum é importante porque será um espaço de diálogo que possibilitará o enfrentamento às iniciativas do governo, que atacam a autonomia universitária e as garantias constitucionais.

“A gente quer fazer parte deste fórum para que as políticas de gestão das universidades caminhem numa linha que possa fazer com que os trabalhadores técnico-administrativos fortaleçam suas condições de trabalho para evitar conflitos, que acabam gerando situações de assédio moral gritantes dentro da universidade”, disse o coordenador.

O dirigente da Adufrj, Fernando Santoro, também prometeu que a entidade contribuirá para o fórum através de sua participação, visando à melhoria da universidade e, sobretudo, aumentando a transparência.

Terezinha, da AttufRJ, disse que os terceirizados continuam sendo vítimas de humilhações, e acrescentou: “Apesar de contrários à terceirização, não podemos ser contra os terceirizados”.



MESA: André Pereira, Regina Dantas, Roberto Leher, Roberto Gambini, Fernando Santoro, Terezinha Costa e Francisco de Assis

Críticas ao governo

“Esta pauta que estão nos impondo é uma pauta ilegítima, de um governo ilegítimo que consegue a façanha de angariar 90% de rejeição. Mas a gente vai enfrentar e vai vencer. Como enfrentamos a ditadura e o governo neoliberal, vamos enfrentar este que está aí”, disse Roberto Gambine, pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, apontando que “o lançamento do fórum é um processo de conquista”.

O reitor Roberto Leher relacionou medidas hostis contra a universidade, entre as quais o congelamento dos gastos públicos, as contrarreformas, que tiram dos trabalhadores o direito à Carreira, e a política de terceirização, que prejudica a instituição e agora chega às atividades-fim: “Portanto, temos um cenário em que o tema da organização do trabalho assume proporções estratégicas e políticas. Por isso esse fórum é tão importante, e por isso a presença de cada um de vocês (no fórum) é fundamental”.

Funcionamento

O pró-reitor Agnaldo Fernandes explicou que o fórum contará com representantes técnico-administrativos, docentes e terceirizados de centros, unidades (incluindo as hospitalares) e polos, além de chefes de seção de pessoal e representantes das entidades de classe.

Ele também tratará dos seguintes temas: Carreira: dimensionamento, alocação e movimentação; saúde do trabalhador; relações de



trabalho; formação continuada: capacitação e qualificação e ainda avaliação de desempenho.

A expectativa da PR-4 é que a primeira plenária do fórum se realize daqui a dois meses.

“Tem que ser um fórum que dê linha e garanta a ação na área de Recursos Humanos, para evitar que reitores de plantão implementem a sua política de pessoal”, pontuou Francisco de Assis.

Debate

Após a abertura, na mesa conduzida pelo superintendente de Pessoal, Pedro Campos, e pela coordenadora de Políticas de Pessoal, Rejane Barros, dois ex-militantes do movimento pela Carreira dos técnicos-administrativos e docentes – respectivamente, Carlos Maldonado, que foi dirigente da antiga AsufRJ, do SintufRJ, da Fasubra e da CUT, e Luiz Henrique Schuch, ex-presidente do Andes-SN – debateram “Políticas de pessoal nas instituições federais de ensino superior ontem e hoje”.

Carlos Maldonado questionou por que não há um conselho de gestão e administração na UFRJ: “Será

que não é um tema que mereça uma gestão colegiada? Quero saudar a constituição deste fórum como sendo um espaço construtor desta estrutura colegiada superior. Este fórum, para mim, tem esta meta”.

Ele apontou que, se os servidores não tomarem cuidado, em breve terão que fazer outra greve para barrar um “projeto Geres”, desta vez piorado. E rememorou momentos históricos, como a eleição do reitor Horácio Macedo e a chegada de um técnico-administrativo à PR-4 (na época SR-4), o servidor João Eduardo, que passou a ter assento no Conselho Universitário.

“E foi esse esforço de nossa afirmação como categoria que nos permitiu constituir, naquele momento, um valor fundamental como trabalhadores em educação, e nos permitiu seguir crescendo na Carreira. Perder isso será uma derrota histórica e será muito mais fácil nos terceirizar”, alertou.

Maldonado propôs a inclusão nas comissões do fórum de temas como o RJU e a reforma da Previdência. E também sugeriu que é preciso retomar a discussão sobre a ascensão

funcional, “sob pena de aumentar o desvio de função e a desorganização do trabalho”.

Luiz Henrique relacionou elementos históricos e lembrou o protagonismo da categoria na elaboração do Regime Jurídico Único (RJU). Para ele, elementos de organização de pessoas e trabalho na instituição são decisivos para o rumo do projeto de instituição.

Ele lembrou momentos de graves ataques à universidade, como o projeto do grupo executivo para a reformulação da educação superior (Geres), que pretendia transformar universidades em escolões do terceiro grau com alguns centros de excelência. O grande desafio neste momento, a seu ver, é “encontrar algo denso, um projeto para o futuro e de curto prazo, em meio a este tiroteio”.

Novidade – A PR-4 apresentou, em vídeo, uma novidade: está adotando um sistema eletrônico de informação de seus processos, com segurança e facilidade no acesso por parte dos servidores. Até outubro a pró-reitoria espera iniciar a implantação do sistema.



Fotos: Renan Silva

Soltem Rafael Braga!



Coletivos, movimentos e pessoas participam da campanha pela liberdade de Rafael Braga: negro, pobre, morador de comunidade, foi preso pela primeira vez ao passar próximo de uma manifestação portando um frasco do desinfetante Pinho Sol.

E, no dia 20 de abril, o ex-catador de latas foi condenado por tráfico de drogas e associação ao tráfico pelo juiz Ricardo Coronha Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a 11 anos e três meses de prisão e ao pagamento de multa de R\$ 1.687.

A Braga foi atribuído o porte de 0,6 grama de maconha, 9,3 gramas de cocaína e um rojão. Desde seu primeiro depoimento em uma delegacia no Rio de Janeiro, o ex-catador afirma que tal material não lhe pertencia. Ele conta que, naquele 12 de janeiro de 2016, caminhava em direção à padaria para comprar pão quando

foi abordado por policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da comunidade Vila Cruzeiro, na Penha.

Braga cumpria pena por episódio de 2013 em regime aberto, com tornozeira eletrônica. Ele afirma que, após ser revistado, os PMS ameaçaram jogar drogas em sua "conta". A defesa sustenta, ainda, que ele foi torturado e ameaçado de estupro. Segundo informações da Ponte Jornalismo, o juiz se recusou a ouvir uma testemunha arrolada pela defesa. Os únicos depoimentos considerados foram dados por policiais.

Para a socióloga Nathalia Oliveira, coordenadora da Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas (INNPD), a Lei de Drogas brasileira é um instrumento de controle social das periferias: "As pessoas são condenadas pelo CEP de onde moram, pela cor da pele e pelo testemunho do policial.

Basta a cena: sujeito periférico, de cor preta. Se a polícia disser que ele é traficante com base em um objeto forjado, essa tese será facilmente aceita pela Justiça. É uma lei que dá muita liberdade para o policial e para o juiz."

Campanha

Na quinta-feira, 4 de maio, em frente aos tribunais de Justiça de São Paulo, na Praça da Sé, e do Rio de Janeiro, na Avenida Erasmo Braga, 115, centenas de pessoas se uniram em atos pela soltura do ex-catador Rafael Braga, único preso condenado à época dos atos de junho de 2013, e dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) Juraci Alves dos Santos, Luciano Antônio Firmino e Ricardo Rodrigues dos Santos detidos em 28 de abril por ocasião dos protestos do dia da Greve Geral.

A prisão dos militantes do MTST Juraci, Luciano e Ricardo

também é carregada de incoerências. Os três são acusados de tentativa de incêndio, incitação ao crime e explosão.

No Rio, o ato foi no fim da tarde, em frente ao Tribunal de Justiça, com participação de movimentos e organizações contrárias à política de seletividade da Justiça brasileira, que criminaliza a pobreza e encarcera em massa jovens negros.

É a campanha que pede a liberdade de Rafael Braga, denunciando a seletividade penal, racismo e genocídio do povo negro. A campanha se reúne todas

as terças-feiras, às 19h, nas escadarias da Câmara Municipal, na Cinelândia, Centro do Rio.

Fasubra repudia decisão da Justiça

Para a Fasubra, a decisão é fruto de uma postura antidemocrática, autoritária e racista por parte da Justiça brasileira de encarcerar a população da periferia negra, por crimes que nem sequer existiram. A Federação divulgou uma nota de repúdio.

Com informações da revista CartaCapital

Golpe do governo Michel Temer atinge setores da educação

Em nota, o representante da Fasubra no Fórum Nacional de Educação (FNE) denuncia o governo ilegítimo de Michel Temer de excluir entidades, como a própria Federação, deste importante "espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro". Ele lembra que o FNE "é uma reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010". Leia a íntegra do texto no site do Sintufrij (www.sintufrij.org.br).

Reunião do GT-Mulheres do Sintufrij

Na terça-feira, dia 9, o GT-Mulheres do Sintufrij se reúne, às 14h, no Espaço Cultural do Sindicato, para discutir e encaminhar a seguinte pauta: conjuntura e Encontro Nacional de Mulheres da Fasubra. Todas as trabalhadoras da UFRJ estão convidadas.

Nota de pesar

Com tristeza informamos o falecimento do técnico-administrativo em educação Marcus Vinicius Saldanha, ocorrido no dia 2 de maio. Ele era lotado na Faculdade de Letras e atuava no Centro de Estudos Afrânio Coutinho (Ceac) desenvolvendo atividades administrativas de apoio à coordenação.

